

O samba como resistência cultural e luta política nos “anos de chumbo”

Renan Dias Oliveira

Introdução e Contextualização

Este trabalho tem o objetivo de atentar para a importância do samba, como uma forma de manifestação popular, principalmente da população negra e trabalhadora, em um momento decisivo da história política da cidade de Bragança Paulista, interior de São Paulo. A pesquisa consistiu em analisar dois momentos históricos específicos da vida da cidade e do país, a fim de melhor compreender o contexto social, econômico, cultural e político nesse período: do início da década de 1960 até o início da década de 1970, principalmente entre 1968 e 1974, o os chamados “anos de chumbo” da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). Compreender a importância do samba, como manifestação popular, significa entender a expressão cultural e a luta política que o movimento do samba como um todo representou nesse momento.

Primeiramente é preciso definir que se compreende o samba como um movimento amplo, genuíno e advindo das classes populares, que expressa muitas características e anseios de tais grupos, principalmente da população negra. Através da música, da dança e das festas, o samba está diretamente ligado à cultura negra e às manifestações sociopolíticas de cunho étnico-racial de tradições africanas. Por mais incorporado, assimilado e constantemente recriado, uma manifestação como o samba guarda suas raízes nas manifestações oriundas das classes populares e da população negra. Como bem define Diniz (2006):

“Apesar de ser um gênero resultante das estruturas musicais europeias e africanas, foi com os símbolos da cultura negra que o samba se alastrou pelo território nacional. No passado, os viajantes denominavam *batuque* qualquer manifestação que reunisse dança, canto e uso de instrumentos dos negros. Esse era então um termo genérico para designar festejos. O sentido amplo permaneceu na literatura colonial até o início do século XX, quando a palavra *samba* passou a ocupar seu espaço” (p.13)

A expressão cultural de manifestações populares como o samba está estritamente ligada a determinado conteúdo político, ainda que a manifestação desse conteúdo

aconteça, muitas vezes, de forma inconsciente e fragmentada. Durante sua consolidação como ritmo musical no século XX, o samba sempre foi a “voz das periferias”, a forma musical de expressar a vida das classes e grupos marginalizados na sociedade brasileira. Sempre encarou preconceitos e resistência por parte das elites e das classes médias, que também o identificavam como gênero musical dos grupos mais pobres e da população negra. Tal manifestação carrega, inegavelmente, um conteúdo eminentemente político.

Este trabalho, realizado como pesquisa de iniciação científica e trabalho de conclusão de curso em História pela Universidade de Franca, buscou compreender a importância do samba, como uma forma de manifestação popular e luta política dos trabalhadores e trabalhadoras, principalmente negros e negras, em momentos importantes da história política da cidade de Bragança Paulista e do Brasil. Procurou-se compreender a manifestação do samba, advinda das classes trabalhadoras, a fim de entender a expressão cultural de cunho emancipador e a luta política que o samba representou nesse momento histórico. Neste artigo, aponta-se para iniciativas importantes tomadas pelos grupos de manifestação cultural do samba nesse período, a fim de aprofundar o conteúdo político dessas mesmas iniciativas e sua incidência na sociedade como um todo.

A história do samba está diretamente ligada à cultura negra e às manifestações sociopolíticas de cunho étnico-racial. Por mais incorporado, assimilado e constantemente recriado que seja pelas classes dominantes e estratos médios da sociedade, uma manifestação como o samba guarda suas raízes nas manifestações oriundas da classe trabalhadora e do povo negro (DINIZ, 2006). Ainda hoje, o samba, como expressão cultural das classes populares, porta um imenso potencial de luta política, de acúmulo e avanço da consciência de grupos subalternos, que vislumbram a emancipação social e a construção de uma sociedade livre da exploração de classe e da opressão étnico-racial. É justamente esse conteúdo político que se pode constatar nas manifestações do samba nos dois períodos analisados na pesquisa.

O componente religioso também foi fundamental no processo de construção do samba no país. Tradições religiosas de matriz africana estiveram umbilicalmente ligadas aos aspectos sociais e políticos durante toda a história do ritmo. Assim como nos períodos colonial e imperial do país, as religiões de matriz africana foram discriminadas e perseguidas pelas elites no advento do período republicano, aspecto que será tratado mais adiante nos dois períodos históricos tratados. Souza (2013) destaca a importância do fator religioso na consolidação do samba no Rio de Janeiro no final do século XIX, que se espalharia por todo o Brasil:

O efervescente caldeirão cultural carioca foi enriquecido, no último quarto do século XIX, por levas e levas de negros baianos. Organizavam-se em torno de tradições religiosas iorubás, sob a liderança de mães e pais de santo que se estabeleceram na região central da cidade, sobretudo em torno da Praça Onze. As mulheres, conhecidas como “tias”, recebiam os recém-chegados da “Boa Terra” e lhes arranjavam empregos graças à sua rede de relações. Suas festas integravam não somente a comunidade baiana, mas também os cada vez mais numerosos amigos e admiradores cariocas. Entra em cena o samba de roda, trazido do Recôncavo baiano. (p.7)

O recorte histórico que este trabalho se propôs a fazer procura mostrar também como a dimensão religiosa das tradições de matriz africana do samba estava umbilicalmente ligada ao conteúdo político contestatório da população negra e mais pobre no período histórico em questão.

Os “anos de chumbo”

A década de 1960 ficou marcada no Brasil por vários movimentos culturais e políticos anti-hegemônicos, isto é, que questionavam o “*status quo*” dos grupos sociais e culturais dominantes. Nesse período muitos cantores e grupos de samba aparecem no cenário musical radiofônico, como Cartola, Nelson Cavaquinho, Zé Kéti, Paulinho da Viola, Nara Leão, Nelson Sargento, Elton Medeiros, Hermínio Bello de Carvalho, Carlos Lyra, Araci de Almeida, grupo Os Originais do Samba, dentre outros. A sociedade como um todo tem a oportunidade de conhecer o ritmo. Desde a década de 1930 o samba já ocupava um espaço considerável no cenário radiofônico nacional, ainda que com muitas dificuldades. Durante o Estado Novo (1937-1945) Getúlio Vargas incentivou a “mercantilização” do samba nos espaços de comunicação, devido à multiplicação das rádios e o crescente interesse dos anunciantes. Mas é na década de 1960, com o alcance da televisão, que o samba é amplamente difundido por todo o território nacional e no exterior (DINIZ, 2006).

Também é a década do “desenvolvimentismo”, que já vinha desde os anos 1950 com o governo de Juscelino Kubitschek principalmente (JK que ficou conhecido como “presidente bossa nova”, uma inovação musical na tradição do próprio samba), e depois com os governos Jânio e Jango. A ideia apregoada na sociedade era a de que o Brasil precisava crescer economicamente para se tornar um país industrializado e moderno. Com maior desenvolvimento econômico haveria mais oportunidades para todos. Em 1964 ocorre o golpe de Estado, que derruba o governo de Jango, eleito democraticamente, e se

instaura uma ditadura, que perduraria por vinte e um anos. A ideia posta em prática pelos governos militares também era a de que o Brasil precisava crescer, mas sem necessariamente incluir socialmente e distribuir renda.

A resistência à ditadura civil-militar se constrói desde os primeiros momentos do regime. E o samba nunca foi visto com “bons olhos” pelos governos dos generais. Era tolerado na rádio e na TV, mas fortemente perseguido nas festas populares, nos clubes negros e nos terreiros onde se manifestavam as religiões de matriz africana. Muitos espaços de sociabilidade, que tinham o samba como elemento central, foram fechados pelo governo no final dos anos 1960, o que também ocorreu com o Clube 13 de Maio, de Bragança Paulista, que teve suas atividades suspensas entre 1968 e 1972. Após essa data o Clube se reorganiza e desenvolve atividades culturais constantes. O encontro em tal espaço era um momento privilegiado de produção cultural e manifestação religiosa das classes mais pobres e da população negra na cidade, que gerava também um conteúdo político contestatório (OLIVEIRA, 2000).

Em Bragança Paulista os reflexos do golpe civil-militar de 1964 foram sentidos imediatamente após a intervenção do dia 1º de abril daquele ano, como se pode conferir nos inquéritos policiais abertos pela Comissão Nacional da Verdade desde o ano de 2011 (CNV, 2011). Vários líderes estudantis e do movimento sindical da cidade foram levados para interrogatório nas delegacias policiais, e a Polícia local chegou a invadir o prédio da Câmara Municipal e prender vereadores do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), partido de oposição ao regime militar (SONSIN, s/d), o que escancarava o caráter autoritário e perseguidor do regime que ora se instalava no país.

Como citado anteriormente, os governos dos generais não viam com bons olhos as manifestações populares ligadas ao samba. A proposta dos governos militares era a de que o país passasse por uma modernização de caráter econômico, mas que incluiria também aspectos culturais e sociais. Uma “modernização” do ponto de vista dos militares e das classes dominantes, que implicaria em repressão da diversidade de manifestações culturais pelo país. Instalou-se a censura como política oficial do governo, com a sórdida justificativa de “manutenção da moral e dos bons costumes” (OLIVEIRA, 2000).

O samba seria duramente perseguido pelos militares, o que não foi diferente em Bragança Paulista. O Clube 13 de Maio, fundado em 15 de novembro de 1934, insere-se na dinâmica dos chamados “clubes negros” surgidos no final do século XIX e início do século XX em diversas cidades brasileiras. Os clubes negros organizaram-se como espaços de sociabilidade e resistência cultural da população negra, que naquele contexto

histórico se encontrava legalmente recém-liberta da dominação escravagista, mas que arcava com todo o ônus de grupo social desamparado pelo Estado, sem direitos e discriminado socialmente. Os clubes negros se estruturam, então, como manifestações da organização e atuação não só de caráter cultural, mas com um conteúdo eminentemente político nas lutas sociais da população negra.

O Clube 13 de Maio de Bragança se apresenta como remanescente do “Clube de Escravos de Bragança Paulista”, organização fundada em 14 de novembro de 1881. O Clube de Escravos teve atuação política e educacional pioneira e destacada no final do século XIX. Localizava-se em uma pequena casa na Rua Santa Clara, no centro da cidade, onde funcionava uma escola noturna que comportava cerca de quarenta alunos, todos escravizados em Bragança, que eram alfabetizados por professores voluntários. Segundo Silva (2015): “O principal objetivo da escola do *Club* era o desenvolvimento intelectual dos sócios por meio da leitura” (p.113). Percebe-se o caráter político contestatório que o Clube conferia às atividades educativas, a fim de que seus membros se conscientizassem e se politizassem, inserindo-se nas lutas pela emancipação dos grupos escravizados e pela abolição da escravidão no país.

Outro aspecto de destacada atuação do Clube dos Escravos, em sintonia com suas atividades educativas, foi no que tange à comunicação:

Algo interessante dessa associação de escravos é que ela enviava circulares para diversos jornais ao redor do país. Tive acesso a um desses documento datado de 1882 que estavam assinados pelos escravos Thomas Augusto e João Avelino, presidente e secretário dos *Club dos Escravos*, respectivamente. Essa circular começava apresentando a triste condição que se encontravam os escravos por conta de um regime que os tratava de modo similar aos “mais ínfimos animais”, eliminando-os do “seio da humanidade”. No entanto, segundo essa mesma circular, havia um meio para mudar essa triste situação dos cativos – a instrução (SILVA, 2015, p.113).

Até a data da abolição oficial da escravatura no país com a Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, o clube foi um importante polo de resistência contra a dominação senhorial. Contou com um número considerável de associados, a escolha de sua diretoria ocorria de forma democrática e suas sessões ocorriam todos os domingos. A imprensa de Bragança foi contra a articulação política do clube desde seu início, propagando falsas notícias e colaborando na articulação repressora dos senhores de escravos. Como o clube também era um espaço de resistência cultural, onde se realizavam cultos de candomblé com música e dança, a imprensa local divulgava semanalmente os registros de reclamação dos

vizinhos devido ao “toque dos tambores”, além das ocorrências policiais registradas no momento dos cultos.

O Clube tornou-se referência para várias organizações de resistência negra em outras cidades do país, por isso foi alvo de intensa repressão. Suas principais lideranças foram perseguidas, presas, torturadas e mortas. Para tornar pública sua repressão, os senhores de escravos assassinaram muitas lideranças negras em um terreno, onde posteriormente foi erigida a igreja de “Santa Cruz dos Enforcados”, na rua da Liberdade. Tanto as denominações da igreja quanto da rua foram feitas após a abolição oficial em 1888, como homenagem às lutas e às conquistas dos negros escravizados antes da Abolição (SILVA, 2015).

Por essa tradição de engajamento social e de luta política, o Clube 13 de Maio formou-se na esteira da extinção do Clube de Escravos, em um momento onde uma parte da população negra liberta já se inseria nos movimentos operários organizados politicamente na cidade, e outra parte ainda tinha que trabalhar nas fazendas de café, uma vez que, alijada de direitos e sem formação educacional formal, era praticamente impossível ocupar outros postos de trabalho no início do século XX. O 13 de Maio então, como ficou conhecido, cumpre no início do século um importante papel de socialização, integração e expressão político-cultural da população negra então liberta oficialmente.

Com a influência da Bossa Nova, vinda do Rio de Janeiro, o 13 de Maio realizou, na década de 1950 e primeira metade dos anos 1960, muitos bailes em sua sede social. Esses bailes atraíam pessoas de vários grupos sociais, ainda que o Clube mantivesse a característica de um clube negro e dirigido por pessoas das classes populares (MATHIAS, 1999). E essa era uma característica mais ampla da Bossa Nova como um todo. O movimento que surge em meados de 1958 no Rio de Janeiro é uma rica síntese de influências musicais que vinham desde o samba-canção, de estéticas impressionistas europeias até o *jazz* e o *blues* estadunidenses daquele período. Era notoriamente produzido nos círculos da classe média, com destaque para Tom Jobim, Vinícius de Moraes, João Gilberto, Toquinho, Nara Leão, dentre outros. Mas rapidamente cai no gosto popular, principalmente após a gravação de *Canção do amor demais* por Elizeth Cardoso, composição de Vinícius de Moraes.

Os bailes, agora marcados também pela Bossa Nova, e pelos já tradicionais bolero e samba-canção, ampliam-se e são atividades constantes nos clubes negros, inclusive nos primeiros anos de ditadura civil-militar no país, até a promulgação do Ato Institucional nº 5, em 1968, que fechou o Congresso Nacional, e alastrou a censura e a tortura no país,

dentre outras práticas de repressão institucionalizada. Um dos principais representantes da Bossa Nova e também diplomata, Vinícius de Moraes, assume uma posição política abertamente contrária ao regime, envolvendo-se com o Partido Comunista, o que lhe custa a cassação de seu cargo no Itamaraty (o Ministério das Relações Exteriores) em 1968.

A influência de Vinícius de Moraes em lideranças do mundo do samba é notória em várias cidades do país. Vários Clubes Negros passam a sofrer interferência e perseguição dos aparatos militares, não só na realização de bailes, mas de outras atividades sociais, chegando ao ponto de serem fechados. Em Bragança Paulista, no ano de 1967, tomara posse um grupo político aliado dos militares, na figura do prefeito Hafiz Abi Chedid, que ficaria na gestão municipal até 1972. Justamente nesse período o Clube 13 de Maio fecha as portas e a cidade passa por um “processo de modernização” alinhado às políticas nacionais, com o asfaltamento de vias, incentivo à construção civil, propostas de loteamentos populares, além do fechamento da Estrada de Ferro Bragantina, em 1967, como facilitação para a nascente indústria automobilística no país (MATHIAS, 1999).

Além dessas medidas econômicas, a repressão aos movimentos culturais e religiosos de matriz africana ganha força. Ocorrem intervenções policiais em terreiros de Umbanda e Candomblé pela cidade, lideranças são perseguidas e há um deslocamento forçado da população negra para os bairros periféricos, com a justificativa de ampliação de moradias populares. Uma cidade como Bragança estava no centro dos interesses econômicos dos militares, pois contava com uma estrutura produtiva bem consolidada e diversificada para a época, contando com produção de gêneros alimentícios, têxteis, lâmpadas, fósforos, dentre outros artigos desde o início do século XX. Além disso, a cidade destacava-se como entreposto nas relações comerciais entre o sul do Estado de Minas Gerais (Bragança fazia fronteira à época com a cidade mineira de Extrema), a capital do Estado, o litoral e a área chamada de “região bragantina”, que inclui vários outros municípios (OLIVEIRA, 2000).

Uma cidade com tamanho destaque deveria passar uma imagem de “desenvolvida e adequada aos novos tempos”, o que implicava em uma “europeização” da sociedade local. Nesse processo se incluía a repressão aos movimentos sindicais já bem organizados dos setores industriais citados. Incluía também o alijamento e a perseguição de manifestações negras e populares na dinâmica local, como se pode constatar na repressão sofrida nos espaços do samba e das religiões de matriz africana. O então presidente Emílio Garrastazu Médici (1968-1974), seria, inclusive, homenageado pelos grupos políticos da região, aliados de seu partido político, a ARENA, que batizariam o prédio da Câmara

Municipal local com o seu nome, denominação que seria mantida até o ano de 2013, quando foi alterada para “jornalista William Cardoso”.

O Clube de 13 de Maio se fortaleceu como um polo de resistência a essas iniciativas oficiais da repressão. O Clube sofreu grande influência do bar “Zicartola” do Rio de Janeiro, que desenvolveu atividades entre 1963 e 1965, conduzido pelo ícone do samba Cartola e por sua esposa dona Zica. Num contexto em que o meio cultural brasileiro passava a ser palco de intensas discussões estéticas e políticas, com o Cinema Novo, o Teatro Novo, o Centro Popular de Cultura (CPC), o Movimento de Cultura Popular da União Nacional dos Estudantes (UNE), o Teatro de Arena, a Revista *Civilização Brasileira*, o Movimento Neoconcreto, o Poema-Práxis e o Método Paulo Freire de alfabetização popular, o samba foi um dos espaços privilegiados de intensidade da nova produção cultural. E o “Zicartola” foi um espaço privilegiado onde se realizava uma rica síntese entre a cultura popular e a produção da classe média intelectualizada (DINIZ, 2006).

Assim como no bar carioca, no 13 de Maio a música popular era constante, com a realização de festas com comida caseira e com a presença de diversos grupos sociais da cidade. Essa síntese foi um marco na revitalização do samba urbano no período, onde os encontros eram marcados por música, refeições, bebidas e discussão política. Inspirados em cantores e cantoras que se expressavam como verdadeiros atores e atrizes de teatro nos palcos, como Clementina de Jesus, Aracy Cortes e Elton Medeiros, as apresentações no 13 de Maio eram constantes, com artistas locais que cantavam, dançavam e interpretavam ricas apresentações no palco do clube. Sempre com o prestígio de diversos grupos sociais da cidade, a plateia estava sempre lotada, mas a expressão cultural e política sempre remetia às tradições africanas, com músicas negras do início do século, com destaque para as canções de Geraldo Pereira, Paulo da Portela, Ismael Silva, Lamartine Babo e Sinhô. Além disso, sempre havia apresentações de manifestações culturais africanas, como o caxambu, lundu, jongo e corima. (LINS, 2012).

O show *Opinião* havia sido a primeira resposta musical contestatória ao golpe civil-militar de 1964 e procurou aglutinar forças políticas contra a ditadura. Sob a direção de Augusto Boal, a peça que estreara dia 11 de dezembro de 1964, em uma realização fruto da parceria do grupo Opinião com o Teatro de Arena, iria ressoar nos anos seguintes também pelo interior do país. A montagem da peça foi resultado do trabalho dos Centros Populares de Cultura ligados à União Nacional dos Estudantes. Logo após o golpe, lideranças estudantis reconhecidas no estado de São Paulo foram perseguidas pelo regime

militar também em Bragança Paulista (CNV, 2011), o que ajudou a abafar a intensa produção cultural da cidade no período pré-golpe.

Outra influência notável no 13 de Maio no período foi de Zé Ketí, compositor das favelas e destacado por seu engajamento político contra a ditadura. Todo esse caldo cultural e político formava as bases para que a repressão não desse tréguas aos clubes negros no interior paulista. Entre 1968 e 1972 o Clube 13 de Maio de Bragança Paulista teria suas portas fechadas e permaneceria sob vigilância policial constante para que não reabrisse.

Durante esse período as manifestações da cultura negra passaram a ocorrer principalmente nos terreiros de umbanda e candomblé pela cidade, que também sofreram intensa repressão. Foi um período marcado pela violência institucionalizada, como a tortura sistemática, e também pela censura pública por parte do governo do general Médici (1969-1974). Desde a popularização da TV como meio de comunicação na segunda metade da década de 1960, os festivais de música haviam ganhado força como espaço para as chamadas “canções de protesto” contra a ditadura militar, onde se destacaram artistas como Gilberto Gil, Caetano Veloso, Tom Zé, Gal Costa, Maria Bethânia, grupo “Os Mutantes”, dentre outros. Essa geração de artistas, que marcaria o movimento musical do “tropicalismo” tinha estreita relação com o mundo do samba, mais um motivo para o gênero ser perseguido abertamente pelos militares.

No início dos anos 1970, a música instrumental renascia, trazendo heranças do choro (que valoriza a expressão sonora sem a participação da voz), do rock’n roll estadunidense e do tropicalismo. Destaca-se nesse contexto o grupo “Os Originais do Samba”, com a marcante presença do cantor e artista Mussum, e de Jorge Ben Jor. Na esteira da Bossa Nova destacam-se um dos maiores artistas brasileiros de todos os tempos, Chico Buarque de Hollanda, com letras profundamente marcadas pelo conteúdo político contestatório. Além da presença constante nas inovações musicais de Martinho da Vila, Aldir Blan, João Bosco, Milton Nascimento, Maurício Tapajós, Paulo César Pinheiro, João Nogueira, Gonzaguinha, Clara Nunes e Elis Regina, que resgatavam as tradições musicais, letras e estéticas de forma geral das religiões de matriz africana em suas músicas. A música “O Bêbado e o Equilibrista”, de João Bosco e Aldir Blanc se tornaria um hino lírico de resistência à ditadura, um símbolo de solidariedade na luta pela anistia política (DINIZ, 2006).

Essas influências musicais foram fundamentais para diversos grupos de samba nos clubes negros país afora. Em Bragança Paulista, o grupo “SS” se tornaria marca frequente

nos bailes do Clube 13 de Maio na década de 1970, executando canções dessa “geração do samba” dos anos 1960 e 1970. Alguns de seus músicos foram também membros da diretoria do Clube nessas duas décadas, o que destaca a estreita ligação da produção cultural com a atuação política dos clubes à época (ASES, s/d). Outras duas influências marcantes no 13 de Maio foram os cantores João Nogueira e Gonzaguinha. O primeiro fundou em 1979, no quintal de sua casa, no Méier, Rio de Janeiro, o Clube do Samba, um reduto entre amigos para preservar o samba de raiz sem deixar de introduzir inovações melódicas e rítmicas no gênero. Já Gonzaguinha ficou consagrado com canções de resistência à ditadura, como “E vamos à luta”, e por hinos que expressavam a crença em dias melhores como “O que é, o que é?”.

Como citado na introdução, a religião foi um fator também preponderante na formação do samba. Para Souza (2013), a religião é um fator essencial para compreender as origens do samba no Brasil. A maioria das pessoas escravizadas trazidas para o Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX vinha da África centro-ocidental (Congo e Angola), onde a música era um elemento religioso. Ela servia como um meio de comunicação entre o mundo dos vivos e o dos mortos, pois a voz e o ritmo dos instrumentos propiciavam o estado de “transe”. Religião, dança e música reconstruíam um sentido de vida para aqueles que haviam sofrido o trauma da escravização. Para os senhores proprietários, o corpo dos escravos era simplesmente objeto e instrumento produtivo de sua propriedade. Nas práticas religiosas que envolvem a dança (e podemos aqui pensar na dança de forma geral, que é elemento constitutivo do samba) o corpo movimenta-se, dentre outros motivos, por simples prazer, além de proporcionar prazer àqueles que assistem. O indivíduo escravizado, então, operava uma retomada da posse do seu corpo de forma lúdica e refuta a sua “objetificação” e “animalização”.

Juntamente à dança, muitas religiões de matriz africana desenvolvem em sua ritualística a “possessão”. Segundo Goldman (1985), tal prática expressa uma “concepção de pessoa” nas tradições africanas, uma síntese complexa resultante da coexistência de componentes materiais (o corpo) e imateriais (a tradição, as entidades, a comunicação). Manifesta que um “sujeito” é um ser “unitário”, ao mesmo tempo e paradoxalmente, que é “mais do que um”. O fenômeno da possessão expressa uma revelação constante de conteúdos religiosos.

Na tradição religiosa cristã a “revelação divina” se dá apenas uma vez e só pode ser reproduzida de forma consciente, institucionalizada e sacerdotal. Para uma sociedade

hegemonicamente cristã, é inaceitável que uma pessoa que se coloca fora do domínio de sua consciência não esteja em um estágio “pré-civilizado” ou mesmo mergulhado em um processo patológico, de perturbação mental etc. Tal discurso legitimou práticas de violência e perseguição a terreiros, de candomblé principalmente, por parte de autoridades estatais no período que aqui analisamos. Uma sociedade que vislumbrava atingir um “alto grau de civilização” deveria exterminar práticas consideradas atrasadas e primitivas (PARÉS, 2011).

Para Goldman (1985), a possessão é um fenômeno complexo, que deve ser analisado pelo transe em que as pessoas se inserem na prática religiosa. Tal processo é, “ (...) acima de tudo um *fato social* na acepção durkheimiana do termo e que, portanto, ele pode e deve ser explicado apenas em relação ao contexto social e não através do recurso a categorias extraídas da psicopatologia individual”. Portanto, a possessão ou o transe não têm nada de patológico, tampouco são um fenômeno individual. Apesar de suas implicações biopsicológicas, para compreender a possessão é preciso conectá-la com a ordem social em que está inserida. Goldman (*idem*) salienta, inclusive, que a possessão pode funcionar como mecanismo adaptativo, como instrumento de protesto social e até como reforço da ordem existente. Para os propósitos deste trabalho, destacamos as práticas religiosas de matriz africana como instrumento de protesto social.

Indivíduos socialmente marginalizados e discriminados por motivos raciais, de classe ou mesmo sexuais poderiam encontrar nos cultos afro-brasileiros e, mais especificamente no “transe místico” um modo de “inverter” sua baixa posição social. Tomados por entidades africanas poderiam se transformar em deuses e reis, de forma a compensar ou mitigar seu *status* social inferior na sociedade brasileira. A possessão poderia assim contribuir para as pessoas escravizadas (e para seus descendentes libertos) em sua “adaptação” à sociedade de forma mais ampla. Uma sociedade que se constituiu de forma rigidamente estratificada e dificilmente permeável por “canais normais” (como a ascensão social pela educação ou pelo trabalho), porta uma tendência histórica de colocar grupos subalternos fora da dinâmica social estabelecida. A possessão poderia ser um elemento identitário de sobrevivência, de resistência e de fortalecimento dos laços sociais entre grupos negros no Brasil (PARÉS, 2011).

Desde as iniciativas do Clube dos Escravos em Bragança Paulista no final do século XIX, as manifestações religiosas de matriz africana foram duramente discriminadas e perseguidas na cidade, ainda que de uma forma velada e não-oficial

(SILVA, 2015). Com o advento da República, os clubes negros passam a ser um importante espaço de encontro também para a manifestação e para a articulação dessas práticas religiosas que corriam pela cidade. Segundo Perés (2011):

Os candomblés passam a constituir um dos meios mais importantes de agregação social, identidade e resistência cultural da população negro-mestiça. Nesse panorama, a ocupação dos espaços físicos da cidade, especialmente a proliferação de candomblés no centro urbano, é um fenômeno significativo (PARÉS, 2011, p.138).

Até os anos 1960 se pode assistir em Bragança a essa proliferação de candomblés no núcleo urbano. Mas com o golpe civil-militar de 1964 e, principalmente, a partir da promulgação do Ato Institucional nº 5 em 1968, os terreiros de candomblé e umbanda passam a ser duramente reprimidos e fechados. O Clube 13 de Maio se torna então, novamente, um espaço de aglutinação de forças do movimento negro também do ponto de vista religioso (ASES, s/d). Como os terreiros eram perseguidos, o Clube passa a ser um espaço de manifestação de práticas religiosas de matriz africana, ainda que com todos os cuidados necessários para que a polícia não interviesse também naquele espaço. Como destaca Perés (2011):

Em palavras de Wilson Roberto de Mattos, a concepção de territorialidade/territorialização não se restringe apenas à análise identificatória da ocupação de alguns espaços físicos determinados, e sim refere-se sobretudo à ocupação de espaços sociais de alcance mais amplo singularizando-os através de injunções simbólico-culturais. (apud).

O 13 de Maio firma-se, assim, como espaço de resistência da cultura negra nos difíceis “anos de chumbo”, o período mais violento e repressor da ditadura civil-militar, entre os anos de 1969 e 1974. A expressão religiosa de matriz africana constituiu, naquele momento, importante fator de agregação e luta política da população negra contra as arbitrariedades cometidas pelo Estado. O resgate da manifestação do candomblé principalmente, junto à expressão cultural do samba, remonta às origens do gênero musical em fins do século XIX e início do século XX, como citado na introdução, e atualiza a expressão cultural em sintonia com a luta política da população negra, em um período repressor e autoritário (ASES, s/d)

O clube constitui-se como importante espaço social de amplo alcance nas camadas socialmente mais pobres na cidade, onde os encontros eram para tocar, cantar, dançar, manifestar-se religiosamente e também para discutir política. Como as entidades de caráter político, como sindicatos e associações, estavam proibidas no período, o clube era

um espaço privilegiado para debater e articular ações políticas e sociais de interesse dos grupos mais pobres e da população negra. Ainda que a vigilância policial fosse constante, o espaço era privilegiado para encontrar e articular ações comuns com outras lideranças, que também comungavam do ideário de luta política contra a ditadura e em defesa dos direitos da população negra e trabalhadora.

Conclusões

Este trabalho procurou mostrar como o samba constituiu-se como um movimento de expressão cultural e de luta política nos anos 1960 e nos anos 1970, ainda que esse engajamento tenha se dado, muitas vezes, de forma inconsciente e fragmentada. A partir da pesquisa realizada, pôde-se afirmar que o samba preservou nesse momento da história do país suas tradições advindas da população negra, seja em consonância com aspectos musicais, culturais, sociopolíticos ou religiosos. Assim, é possível afirmar que o samba, como movimento essencialmente marcado pela história e cultura da população negra no país, continua desempenhando um papel de expressão cultural e de engajamento político contestatório dos grupos sociais negros e mais pobres na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL AFRO-BRASILEIRA, **RESGATE HISTÓRICO DO CLUBE RECREATIVO E BENEFICENTE 13 DE MAIO CRB 13 DE MAIO – 80 ANOS**”. Consultado em <http://www.asesbp.com.br/> em 21/08/2012.

COSTA, A construção sociológica da raça no Brasil. **Estudos Afro-asiáticos**, ano 24, n.1, 2002, pp. 35-61.

FERNANDES, F. **O negro no mundo dos brancos**. Global Editora, São Paulo, 2011.

GUIMARÃES, A.S.A. ‘Raça’, racismo e grupos de cor no Brasil. **Estudos afro-asiáticos**, ano (27): 45-63, abril de 1995.

_____. Como trabalhar com raça em sociologia. **Educação e Pesquisa**, vol. 29, n.1, pp. 93-107, jan. /jun. 2003.

LINS, P. **Desde que o samba é samba**, Editora Planeta, São paulo, 2012.

MATHIAS, L. **Em busca dos marcos perdidos: história de Bragança**, Edusf, Bragança Paulista, 1999.

MUGNAINI, A. **Adoniran: dá licença de contar**, Editora 34, São paulo, 2002.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia, **Conferência Proferida em 2003** no PENESB-RJ, 05/11/03

OLIVEIRA, J. **Passando pelo passado**. Edusf, Bragança Paulista, 2000.

ORTIZ, R. Memória coletiva e sincretismo científico: as teorias raciais do século XIX, **Cadernos CERU**, n. 17, 1982.

PARÉS, L. **A formação do candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia**, Editora Unicamp, Campinas, 2011.



SILVA, J. **No tempo da escravidão: experiências de senhores e escravos em Bragança Paulista (1871-1888)**, Annablume, São Paulo, 2015.

SONSIN, A. José de Lima: uma história de sucesso, Gráfica 4, Bragança Paulista, s/d.

SOUZA, M. **Histórias do Samba: de João da Baiana a Zeca Pagodinho**. Matrix, São Paulo, 2013.

SCHWARCS, L. Questão racial e etnicidade. In: **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**, vol. 1 antropologia. Editora Sumaré, 1999, pp. 267-325.

VIANNA, H. **O Mistério do Samba**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/ UFRJ, 1995.

VIANNA, L. **Bezerra da Silva produto do morro: trajetória e obra de um sambista que não é santo**. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1999.

Site pesquisado:

<http://www.asesbp.com.br/concursos/resgate%20historico.html>